

FUSÃO DE POVOS E CULTURAS SOB DUAS POTESAS: UMA RELEITURA DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL 500 ANOS DEPOIS

Pedro Ivo Moreira Gomes Rodrigues

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

pedroivo_rodri@hotmail.com

Marcello Moreira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

moreira.marcello@gmail.com

RESUMO: Propõe-se o estudo de monumento em Porto Seguro, Bahia, que comemora os quinhentos anos do Descobrimento do Brasil pelos portugueses. Leva-se a termo, quando da análise do monumento, a interpretação de dois momentos históricos que são articulados por sua ereção e inauguração oficial: aquele em que se oficiou a Primeira Missa no Brasil e o da inauguração do monumento que a comemora, tornado o primeiro evento novamente presente por um ato de memorização. Objetivo: abordar esses dois momentos históricos e também a ótica de autores como Sérgio Buarque de Holanda, Henri Lefebvre e Mircea Eliade acerca dos mitos e demais temas que têm correlação com o objeto. Justificativa: tratar da análise do monumento erigido em Coroa Vermelha, a cruz feita pelo artista Mário Cravo, no atual município de Santa Cruz Cabralia/BA, onde, pensa-se, foi celebrada a Primeira Missa no Brasil, em 1500, descrita na carta de Pero Vaz de Caminha, tendo como pano de fundo a memória indígena, poética e retoricamente agenciada pelo colonizador europeu ao longos dos séculos. Resultados prévios da comunicação oral: o questionamento acerca de quais valores o monumento reatualiza e ressignifica, durante e após a festa do quinto centenário do Descobrimento do Brasil, no ano 2000, comemorada nos municípios de Cabralia e Porto Seguro.

PALAVRAS-CHAVE: Cruz de Mário Cravo; Porto Seguro; Descobrimento do Brasil; Coroa Vermelha.

ABSTRACT: It is proposed the study of a monument in Porto Seguro, Bahia, which commemorates the five hundred years of the discovery of Brazil by the Portuguese. During the analysis of the monument, the interpretation of two historical moments that are articulated by its erection and official inauguration takes place: the one in which the First Mass was officiated in Brazil and the inauguration of the monument that commemorates it, first event again present by an act of memorization. Objective: to approach these two historical moments and also the perspective of authors like Sergio Buarque de Holanda, Henri Lefebvre and Mircea Eliade about the myths and other subjects that have correlation with the object. Justificative: to analyze the monument erected in Coroa Vermelha, the cross made by the artist Mário Cravo, in the current municipality of Santa Cruz Cabralia / BA, where it is believed that the First Mass in Brazil, 1500, described in the letter of Pero Vaz de Caminha, having as background the indigenous memory, poetically and rhetorically organized by the European colonizer throughout the centuries. Previous results of the oral communication: the questioning about which values the monument re-dates and resigns during and after the celebration of the fifth centenary of the Discovery of Brazil in the year 2000, celebrated in the municipalities of Cabralia and Porto Seguro.

KEYWORDS: Cross of Mario Cravo; Porto Seguro; Discovery of Brazil; Coroa Vermelha.

INTRODUÇÃO

No Cancioneiro Geral, mencionado por Holanda (2000), em trovas que Dom João Manuel, neto do rei Dom Duarte e camareiro-mor de Dom Manuel I, compusera a pedido do venturoso soberano, o poeta, afastado do mau caminho, se encontra num ameno recesso nunca visto por olhos mortais, onde correm quatro rios. Dali, diz o camareiro-mor,

Dali eram desterrados
 todos os fallecimientos,
 que todos quatro elementos
 son en el mudo falados.
 Es calor prymeramente
 templado syngularmente,
 mas que se pode narrar
 syn exceder ny mengoar
 cosa q fuesse nocente

Era perpetuamente
 el ayre clarefycado,
 el sol em seteno grado
 era ally mas prefulgente
 era tanto resplandor
 syn excessyvo calor,
 y syn frio desmedido
 mas el médio posseydo
 co muy suave dulçor.

Toda la tierra criava
 las plantas todas frutíferas
 y las yervas odoryferas
 solamente germinava.

Q muerte no gostaria
 quien ali fuesse abitante.
 El grande mar oceano
 mostrava ser a tu mano
 co sua rrypa sometido
 y gran Pueblo covertydo
 del ereje cristiano.

Enleado na magia do espetáculo, onde se reproduzem, além desses, todos os conhecidos pormenores da clássica visão do paraíso, não se cansa de contemplá-lo embevecido. Mas, também se pode prever como o fundo piedoso se converte na exaltação da monarquia portuguesa e na sua ação guerreira e missionária. Já na primeira das quatro torres do castelo “sem igual”, a única que chega a haver descrição, matizam-se, no interior, os feitos memoráveis de um soberano, que pudera dar tamanho aumento aos reinos por ele herdados (HOLANDA, 2000, págs. 215 a 217):

El grande mar oceano
mostrava ser a tu mano
co sua rrypa sometido
y gran Pueblo coverydo
del ereje cristiano.

O simbolismo do castelo, posto ao termo do deleitoso horto, e o da legenda que ostenta sobre a entrada, prendem-se, possivelmente aos motivos ditados pela santa fé cristã e, de outro lado, pela fidelidade e devoção a el-rei, já que sua obra de conquista de novas terras autoriza essa aliança, achando-se, como em verdade se acha, sob o signo da Vera Cruz. De qualquer forma, ao tema paradisíaco desenvolvido em todo o curso do poema unem-se, ainda que tomados em sentido literal, os poderes que haveriam de dar quem deles provasse, os pomos da árvore da vida. (HOLANDA, 2000, págs. 215 a 217).

No poema abordado por Sérgio Buarque de Holanda, bem como na explicação dada pelo autor da obra *Visão do Paraíso*: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil, percebem-se as figuras poética e retórica da exaltação das glórias quinhentistas de Portugal, período em que essa pequena nação da Europa foi protagonista dos grandes descobrimentos, não apenas estabelecendo intercâmbio comercial com nações de outros continentes, mas também em sua ação guerreira e missionária, pois difundir o cristianismo em “terras pagãs” era um dos objetivos da expansão ultramarina lusa. Além disso, fala de uma visão edênica, paradisíaca, dos locais “descobertos” pelos portugueses.

Em nosso trabalho, tratamos do Descobrimento do Brasil (1500) e a construção da nacionalidade brasileira a partir desse evento longínquo no tempo, com ênfase na cerimônia que sacralizou a posse do solo americano para Portugal, a cerimônia da Primeira Missa, realizada supostamente na localidade conhecida como Coroa Vermelha, pertencente ao atual município de Santa Cruz Cabralia/BA, conforme descrições na célebre carta do escrivão

da armada de Pedro Álvares Cabral, Pero Vaz de Caminha.

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão ir ouvir missa e sermão naquele ilhéu. E mandou a todos os capitães que se arrandassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou armar um pavilhão naquele ilhéu, e dentro levantar um altar mui bem arranjado. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual o padre Frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes que todos assistiram, a qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção. Ali estava com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saíra de Belém, a qual esteve sempre bem alta, da parte do Evangelho. Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação, da história evangélica; e no fim tratou da nossa vida, e do achamento desta terra, referindo-se à Cruz, sob cuja obediência viemos, que veio muito a propósito, e fez muita devoção. (Trecho da carta de Pero Vaz de Caminha, narrando a celebração da Primeira Missa no Brasil)

A cerimônia da Primeira Missa foi a manifestação do sagrado em terras americanas, até então desconhecidas e “pagãs”. O ente sobrenatural nesse caso é o Deus cristão, católico, representado pelo simbolismo da cruz. A cruz, instrumento de redenção e ressurreição na tradição cristã, sacralizou o solo a ser ocupado, legitimou aos olhos dos europeus a posse da terra onde já viviam os povos que “precisavam ser salvos” pelos seus religiosos. A criação, nesse caso, é a criação do Brasil a partir do ato fundador. É mister ressaltar que essa irrupção do sagrado em terras americanas, em 1500, também trouxe a povos que viviam nus uma série de tabus próprios da cultura repressora judaico-cristã no que concerne à sexualidade e demais hábitos humanos. Com a cruz também veio a “culpa”, o que está expresso na carta de Caminha onde ele diz que os índios “mostravam suas vergonhas”, o mito do pecado original, portanto, a “queda do paraíso”, no qual a humanidade se tornou mortal e sexuada após desobedecer a Deus e comer do fruto proibido. O Brasil então poderia ser pensado como um paraíso tropical, com habitantes nus e “inocentes”, que careciam de salvação, embora essa salvação trouxesse em seu bojo justamente a noção de pecado, vergonha e abominação.

O homem, nesse contexto, precisa conhecer a “sujidade” da vida para alcançar a salvação, negando-se aos prazeres agora imorais, antes

vivenciados com naturalidade dentro dos seus próprios mitos e crenças religiosas. O mito presente no ato fundante então fundamenta esse novo mundo que é construído, sepultando o velho ao ocupar o seu espaço, e precisa, de tempos em tempos, ser reatualizado, reificando os valores presentes na sua fundação, os quais podem ser compreendidos na sociedade atual, não com referência expressa a tal ato, que com a educação deficitária no país é até desconhecido de muitos ou pouco entendido, mas com ênfase nos valores das potestades sacralizadas nas cerimônias de 1500 e de 2000, quando foram comemorados os 500 anos do ato fundante, supostamente na mesma localidade em que ocorreu, reencenando-o e reatualizando os valores emanados dele, como pilares da nação brasileira. Igreja e Estado como lados de uma mesma moeda, o poder sacro e o poder mundano que controlam as vidas dos cidadãos, súditos desses poderes.

O monumento erguido em Coroa Vermelha no ano 2000, uma grande cruz de aço montada numa base de mármore, de autoria do artista Mário Cravo, hipoteticamente no mesmo local onde foi erguida uma cruz de madeira em 1500 e sob a qual foi rezada a Primeira Missa, pode celebrar exatamente isso, o poder, poder da posse da terra, poder do clero, poder do príncipe/governo, como se a própria nação estivesse fundamentada nas relações de poder e não nos usos e costumes da sua gente. Qual sentido, afinal, da edificação de um monumento que representa uma crença religiosa num estado pretensamente laico, em pleno território indígena, onde, supostamente, se deu o encontro de povos, no qual mais tarde os índios “saíram perdendo”? Por que não celebrar concomitantemente o elemento indígena na formação da cultura brasileira, ao invés de apenas valorizar a chegada dos europeus e dos símbolos trazidos por eles? Essa última pergunta pode ser respondida a partir de posicionamentos dominantes na sociedade brasileira já no século XIX, por parte de autores como Francisco Adolpho de Varnhagen (1816 – 1878), o Visconde de Porto Seguro e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB -, fundado em 1838 e considerado um marco da historiografia brasileira. Segundo Nilo Odália, organizador da obra Varnhagen (1979), a ideia do Brasil como uma nação branca e europeia consistia num projeto político de nação naquele tempo, quando reinava nos trópicos um membro da dinastia portuguesa de Bragança. (VARNHAGEN, 1979, págs. 14 e 15)

No dia 26 do mencionado abril, que era domingo da Pascoela, foram todos os da armada assistir à missa que foi celebrada em um ilhéu ou restinga, que se acha à entrada do dito Porto Seguro. Presenciaram

a solenidade, cheios de espanto (que alguns tomaram por devoção), muitos filhos da terra que ali vieram. Também cumpre fazer menção de que, no 1º de maio seguinte e no meio da solenidade de outra missa, se efetuou a cerimônia da tomada de posse da nova região para a Coroa de Portugal, levantando-se num morro vizinho uma grande cruz de madeira, com a divisa do venturoso rei D. Manuel. (VARNHAGEN, 1979, pág. 49)

O Brasil nasceu, portanto, sob o signo da cruz, cruz da Ordem de Cristo, cruz templária (DAEHNHARDT, 1993), que representava a fé e a espada, isto é, a evangelização dos povos conquistados pela força das armas portuguesas, levando a estes o império dos usos e costumes do dominador, este obediente ao clero e ao Rei, o grande defensor da cristandade na ótica daqueles tempos. O pano de fundo da nossa análise é a memória indígena, porque povo autóctone, a qual defendemos que foi agenciada pelos europeus, que aqui inauguraram uma historiografia e uma etnografia poética e retoricamente defendidas sob os pressupostos de uma cultura exógena que se tornou endógena, sendo a cultura indígena considerada como sendo de pouca monta para a construção da nação brasileira, pelo menos até o século XX, quando novos olhares sob as etnias minoritárias reavaliaram as suas contribuições nesse processo de formação de um povo, sob os vieses da multietnicidade e da multiculturalidade.

O conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: *descoberta* (de espaços novos, desconhecidos, continentes ou o cosmos) - *produção* (da organização espacial própria a cada sociedade) - *criação* (de obras: a paisagem, a cidade como a monumentalidade e o *décor*). Isso evolutivamente, geneticamente (com uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da *simultaneidade*; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição na inteligência e na junção material de elementos dos quais se *produz* a simultaneidade... (LEFEBVRE, 2000, p. 6).

Pode-se produzir uma apropriação da proposição de Lefebvre sobre o “espaço”, pensando-se o quadrinômio, que, segundo o filósofo francês, deveria articular o seu entendimento, de forma sequencial, ou seja, falando-se da relação entre espaço e elemento mental, entre espaço e elemento cultural etc., para, ao fim, em uma espécie de síntese, articular sob a rubrica

“simultaneidade” os elementos constituintes do quadrinômio: mental, cultural, social e histórico. Essa, é claro, é apenas uma das formas possíveis de uso da proposição acima excertada. Caso pensemos o monumento comemorativo do Descobrimento do Brasil, erigido em Coroa Vermelha ao tempo das comemorações dos quinhentos anos de Descobrimento, a partir de sua articulação com o espaço em que é instalado, o *locum* de ereção e de implantação é supostamente lugar de atualização de um ato inaugural, que é aquele de tomada de posse da terra pelos portugueses no ato fundante de rezar missa.

Mas o monumento, enquanto monumento, se é ato não só material, mas sobretudo mental, é ato mental que significa enquanto expressão, em sua articulação sógnica específica, o quê? A primeira missa pode ser entendida como evidência da articulação, ao tempo em que é rezada, da *poteſtas* espiritual da Igreja e daquela que lhe é correlata no mundo, o poder do príncipe; representaria a subsunção de todo poder mundano, para que seja legítimo, ao poder do representante de Deus no mundo. Se o monumento comemorativo dos quinhentos anos de Descobrimento do Brasil atualiza algo e se esse algo que ele atualiza é justamente um ato em que está implicada a ideia de *religio*, o monumento erigido em 2000 também visaria a ratificar a união de Igreja e Estado, da fé e poder mundano, de catolicidade e de, paradoxalmente, Estado laico?

Como conciliar isso tudo de forma razoável? Mas a síntese de sentidos que o monumento produz em sua atualidade precisa ser razoável? Essa união de coisas, que, para muitos de nós, ao princípio do século XXI, parecem inconciliáveis, não é também ela um traço de mentalidade, e não é esse traço de mentalidade que procura articular o espaço a partir do que se pensa ser ainda natural articular? Esse dado de mentalidade, a conjunção de Igreja e Estado, de *fides* e *poteſtas*, não seria ao mesmo tempo um dado cultural, próprio da cultura brasileira, em que, a despeito da separação oficial de Estado e Igreja, tornada pública ainda no século XIX, patenteia-se como inseparável na inscrição “Deus seja louvado”, impressa nas cédulas do Estado brasileiro, sabendo-se que em sociedades capitalistas como a nossa o dinheiro é o único valor universal, por meio do qual todos os outros valores e coisas podem ser liquidados e transformados em outros valores e coisas? É a ideia de transubstanciação, tornada mercantil, sem que se tome ciência efetiva disso? E como pensar, no que concerne ao monumento de comemoração dos quinhentos anos de descobrimento, a articulação entre este, o espaço e a história?

O monumento parece tornar sempre presente, em seu gesto de

memorar novamente, de tornar o passado sempre memorável ao se ver o monumento, o ato inaugural; o torna presente no suposto local em que ele se deu, articulando desse modo as duas categorias fundamentais de organização da realidade, tempo e espaço. A história que o monumento nos conta é história quase circular em sua reatualização; é quase mítica em sua circularidade, lembrando a circularidade do tempo da refundação no presente de atos passados *in illo tempore* de que nos fala Eliade (2012). Mas qual a necessidade que temos de nos dias de hoje, enquanto Estado, enquanto sociedade que se quer laica, tornar presente o que foi? O que significa esse tornar presente? Que carência de sentido visamos a preencher por meio dessa ereção ou que sentido é preciso não deixar ser esquecido e por quê? Podemos dizer que o espaço em que se erigiu o monumento, se é espaço suposto em que se deu um ato fundante, atualiza no tempo presente, mas no mesmíssimo espaço, o ato pretérito, imorredouro, inesquecível, inextinguível pelo ato e pelo monumento que o comemora. O espaço é outro, porque a topografia mudou – já não é a mesma a paisagem de hoje frente àquela do Descobrimento -, mas é ao mesmo tempo a mesma, porque assim no-lo ensina o monumento, assim ele o declara. Ele quer a todo custo atualizá-lo, sobretudo porque, quando de sua inauguração, o gesto inaugural se repete, o *sacrum* tremendo da missa, que presentifica a *poteestas* eterna do Eterno. É da irrupção da eternidade na ordem do mundo que fala a missa, que a missa instaure, que ela medeia ou propicia; é da ordem atemporal na ordem do tempo que o *sacrum* torna presente. E se o tempo muda, se ele é o mesmo e ao mesmo tempo é outro, o que pensar do espaço?

Em *Mito e Realidade*, Mircea Eliade (1972) enfatiza que o judeu-cristianismo relegou para o campo da “falsidade” ou “ilusão” tudo o que não fosse justificado ou validado por um dos dois Testamentos (p. 6). O achamento do Brasil, solenizado na cerimônia da Primeira Missa em Coroa Vermelha, “sacralizou” o território a ser ocupado por Portugal, onde antes os nativos “pagãos” cultuavam os seus deuses e vivenciavam as suas tradições ancestrais, para algumas décadas depois ser consideradas como “idolatria” pelos religiosos católicos. (SODRÉ, 1963, págs. 112 e 113). A cruz nesse caso inaugura o “sagrado” em terras “pagãs”, ela serve como o marco referencial de uma nova civilização que surge nos trópicos. A Europa estava, em algumas nações, sob a égide do Santo Ofício, e o poder da Igreja era praticamente incontestável. As Grandes Navegações, operadas pelas monarquias ibéricas nesse período, eram financiadas com participação de ordens religiosas e com expressivo apoio da Igreja em geral, que enxergava nessa movimentação transatlântica uma oportunidade de “converter povos

pagãos”, através da evangelização levada a cabo por missionários. O objetivo religioso casava com o objetivo mercantil, que era explorar o comércio de especiarias asiáticas, de produtos africanos buscados na Europa e de bens americanos variados.

O simbolismo da cruz estava presente nas velas das caravelas dos navegadores e também no dinheiro, pois algumas moedas do período eram cunhadas com a imagem da Cruz da Ordem de Cristo, com o dístico *In Hoc Signo Vincis*, expressão latina que representa uma alegada visão que o imperador Constantino O Grande teve durante a Batalha da Ponte Mílvia, em que teria visto uma cruz no céu, com os dizeres mencionados (“com esse sinal vencerás”), acontecimento que marcou o fim das perseguições aos cristãos em Roma e a transformação do culto a Cristo em religião de Estado. (CESAREIA, 1994). É escusado dizer que a partir do século IV, com o Concílio de Niceia (325) as crenças não cristãs passaram a ser reputadas como heréticas pelas lideranças da Igreja que emergia no Império Romano, tendo a figura do próprio imperador como o seu máximo expoente terreno, representante de todo o poder humano e divino, o que mais tarde serviria de inspiração para monarcas europeus, como D. Manuel I, o Venturoso, em sua pretensão de construir um império universal como o grande representante da cristandade.

Como frisamos anteriormente, o simbolismo da cruz era uma marca da expansão transoceânica portuguesa, e, em solo americano, a ereção de uma cruz no ato inaugural em Porto Seguro significou a posse da terra para Portugal e o início da pregação cristã nessa parte do assim chamado Novo Mundo. O monumento erguido no mesmo local atualiza esses valores, valores de um povo que se impôs a outro, de uma cultura exógena que se tornou endógena, suplantando, portanto, a anterior, e estabelecendo padrões civilizatórios numa porção continental dista milhares de quilômetros além-mar. Como também já foi pontuado, a cruz representou não apenas a fé em Jesus Cristo, mas também foi um importante símbolo em outras perspectivas.

Consideramos, com base nas palavras de Eliade (1972), que as comemorações do quinto centenário do Descobrimento recordam o evento fundador do país, ou do Brasil português segundo alguns, já que há quem considere que o Brasil enquanto país só passou a existir após a Independência, em 1822. O fato é que a Festa dos 500 anos teve esse propósito sugerido pelo autor, recuperar esse “passado glorioso”, que é mais de Portugal do que do Brasil, que então vivenciava o auge de suas descobertas transatlânticas, especialmente na África e Ásia, onde havia um rico comércio a ser explorado e que era objeto de cobiça de outras potências europeias da época. Em 2000, por

meio da celebração ao pé do monumento de Coroa Vermelha, pode-se pensar na recuperação parcial desse passado, com a exaltação das armas portuguesas e presenças de autoridades desse país, como o então presidente da República, Jorge Sampaio; enquanto uma cerimônia religiosa, assistida pelo legado do Papa João Paulo II, Cardeal Ângelo Sodano, revivia a Primeira Missa.

A “transcendência dos limites do homem” por meio do rito católico diante do monumento leva a rememoração desse passado de conquistas portuguesas e de seus “heróis”, como o próprio Cabral, Frei Henrique de Coimbra, Pero Vaz de Caminha, Bartolomeu Dias, entre outros que representam a epopeia lusa dos quinhentos e que durante a cerimônia “estavam” momentaneamente entre os presentes sendo homenageados por suas conquistas além mar para o rei de Portugal e também pelo ato fundante da nação brasileira. Se o mito “eleva” o homem nesse caso, também temos que pensar na dimensão sacra do ato fundante. A missa diante de uma cruz improvisada pela esquadra cabralina nas terras de Porto Seguro evocava a deidade, para que abençoasse a posse da terra para o príncipe e para Cristo e também os conduzisse após a partida em segurança rumo às Índias, onde aliás houve combate em que perdeu a vida o escrivão da armada e autor da carta que é a “certidão de nascimento” do Brasil. Um rito religioso em que uma divindade é evocada diante de um povo estranho e 500 anos depois novo rito religioso que rememora o primeiro. Assim, quem assistiu a solenidade teve a oportunidade de estar, por meio do mito, entre a divindade evocada nos dois momentos e também entre os “heróis” da epopeia do Descobrimento.

Acerca da fala de Eliade (1972) no sentido de que a História da Cultura toma em consideração apenas os documentos arqueológicos e os textos escritos e que um povo desprovidos dessa espécie de documentos é considerado um “povo sem história”, aplicamos esse conceito no caso brasileiro em seus primórdios, pois, como já explanamos, os índios eram povos ágrafos e não construíram uma civilização à semelhança dos antigos astecas ou incas, com grandes templos, cidades muradas, etc. A história do Brasil começou com um texto escrito e a ereção de uma cruz, que posteriormente deu lugar ao monumento de Coroa Vermelha. Esta é a história que foi contada pelos conquistadores portugueses, que inauguraram nesta parte do assim chamado Novo Mundo a historiografia e a etnografia. A memória indígena foi, desde então, agenciada pelos europeus, que lhe atribuíam afetos conforme seu grau de cooperação com os colonizadores. Os índios que cooperavam, que eram catequizados, eram os “índios da doutrina”, “dóceis”. Os índios que resistiam por meio da negação ao trabalho imposto pelo branco ou mesmo pela guerra, eram “selvagens”, “bárbaros”, “indolentes”, etc., e

contra eles podiam ser movidas campanhas de extermínio, conhecidas como “guerra justa”, para a qual a Igreja não fazia oposição, como fazia contra a escravização dos índios “mansos”. Vejamos um exemplo dessa mentalidade nas palavras de um contemporâneo do início da colonização brasileira, Pero de Magalhães Gândavo:

Finalmente que são estes índios muito desumanos e cruéis, não se movem a nenhuma piedade: vivem como brutos animais sem ordem nem conserto de homens, são muito desonestos e dado à sensualidade e entregar-se-ão aos vícios como se neles não houvera razão de humanos. (GÂNDAMO, 1980, págs. 52 a 58)

Gândavo diz ainda que “ninguém os pode vender senão seus pais ou aqueles que em guerra justa os cativam”. (págs. 52 a 58). Esse autor quinhentista defendia ainda que o território descoberto por Portugal em 1500 permanecesse com o nome de Terra de Santa Cruz:

Porque assim como nestes reinos de Portugal trazem a cruz no peito por insígnia da ordem e cavalaria de Cristo, assim prouve à ele que essa terra se descobrisse a tempo que o tal nome (de Santa Cruz) lhe pudesse ser dado neste santo dia (3 de maio, dia da Segunda Missa celebrada pela esquadra de Cabral), pois havia de ser possuída de portugueses e ficar por herança de patrimônio ao mestre da mesma ordem de Cristo. (GÂNDAMO, 1980, pág. 80).

Anchieta, citado por Ronaldo Vainfas, descreveu os silvícolas como “de tal forma bárbaros e indômitos, que pareciam aproximar-se mais à natureza das feras que às dos homens”, ao passo que Nóbrega, em seus Apontamentos, de 1558, recomendava castigo e sujeição dos aborígenes como “único remédio para cessar o sofrimento da nação portuguesa no Brasil”. (VAINFAS, 1989, pág. 20)

E em pleno século XVII, ainda segundo Vainfas, a imagem que o colonizador europeu tinha do índio pouco mudou; Vieira diria que Deus enviara Tomé, o Apóstolo, para evangelizar o Brasil, a fim de castigá-lo por sua incredulidade: “Porque a gente dessas terras é a mais bruta, a mais ingrata, a mais inconstante, a mais avessa, a mais trabalhosa de ensinar de quantas há no mundo”. Sendo ainda para Nuno Marques Pereira (1652 – 1728), “pecaminosa a origem do gentio”, que “não pronunciavam os letras F,

L e R, por não terem fé, lei e rei”. (VAINFAS, 1989, pág.20)

Podemos questionar ainda por que a língua tupi foi utilizada pelos missionários católicos no Brasil, sendo proibida em 1758 por decreto do Marquês de Pombal, pouco antes de decretar a expulsão dos jesuítas. Não seria essa uma forma que os portugueses encontraram de parasitar a língua dos nativos e utilizá-la para seus propósitos, ou seja, os da Igreja e os da Coroa, e depois quando o domínio português já estava consolidado, em meados do século XVIII, seu uso se tornou desnecessário?

Eliade (1972) reforça que a intelligentsia húngara encontrava uma justificação para a antiguidade, a nobreza e a missão histórica dos Magiares, no mito de origem de Hunor e Magor e na saga heróica de Arpad. Em princípios do século XIX, a miragem da “origem nobre” incita, em toda a Europa Central e Sul-Oriental, uma verdadeira paixão pela história nacional, sobretudo pelas fases mais antigas dessa história. “Um povo sem história (leia-se: sem “documentos históricos” ou sem historiografia) é como se não existisse!” (ELIADE, 1972, pág. 128)

Podemos dizer que a nossa história também teve uma origem “nobre”, pois foi o Brasil descoberto e incorporado aos domínios do rei de Portugal, então uma das maiores potências navais do mundo, tendo mesmo dividido o mundo em sua área de influência conjuntamente com a Coroa de Espanha. Num território que era habitado por indígenas que viviam na Idade da Pedra, que andavam nus e que desconheciam a escrita, é razoável supor que o mito em torno do Descobrimento nos remeta a essa origem “nobre” de um país fundado por Portugal e pelos seus “heróis” que singravam os mares na aventura do expansionismo marítimo luso dos séculos XV e XVI. Podemos dizer ainda que essa “paixão pela história nacional” brasileira foi desencadeada no século XIX, quando da divulgação da Carta de Pero Vaz de Caminha, pelo historiador Manuel Aires de Casal, em sua *Corografia Brasília* (1817), durante o reinado de D. Pedro II, descendente direto da dinastia reinante em Portugal.

Obviamente, interessava ao Império, cujo monarca também era membro da Casa Real Portuguesa, enaltecer esse “passado glorioso” como origem da brasilidade, então marcada pela vigência da escravatura e pelo domínio político das oligarquias. Num país em que o índio, esbulhado de suas terras e marginalizado, e os negros, reduzidos à condição de escravos, exaltar os feitos de uma monarquia europeia, cuja ramificação estava entronizada na figura do imperador, atendia, é evidente, um claro propósito político, qual seja a exaltação do ramo brasileiro da casa brigantina através da exaltação da sua matriz lusitana.

Defendemos que as comemorações do ano 2000 reatualizam esses velhos paradigmas, não apenas do século XIX, mas do longínquo ato fundante, através da exaltação das potestas representadas no monumento analisado. Entretanto, na atualidade, esse olhar eurocêntrico felizmente tem sido revisto em favor de novas concepções que valorizam as contribuições dos diversos povos que formaram esse grande amálgama que é a cultura brasileira. Esta, sim, uma questão em aberto, pois trata-se, evidentemente, muito mais do conceito de nação (povo, gens) do que meramente de país, um espaço geográfico e político.

REFERÊNCIAS

CESAREIA, Eusébio de. Vida de Constantino. Gredos, Espanha, 1994.

DAEHNHARDT, Rainer. *A Missão Templária nos Descobrimentos*. Lisboa: Nova Acrópole, 1993.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães, séc. XVI. *Tratado da Terra do Brasil ; História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1902-1982. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do Espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de, Visconde de Porto Seguro, 1816 – 1878. *Varnhagen: História*. Organizador Nilo Odália. São Paulo: Ática, 1979.